



Destaque Rural nº 128

4 de Agosto de 2021

IAI 2020: SERVIÇOS AOS PRODUTORES

João Mosca e Máriam Abbas¹

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem por objectivo analisar de forma mais aprofundada, o acesso a alguns serviços aos produtores, como sejam: (1) a extensão rural e a aplicação das técnicas transmitidas pelos técnicos; (2) o conhecimento sobre os preços nos mercados; (3) a pertença a uma forma de organização associativa; e, (4) as relações com o sistema financeiro (a obtenção de alguma forma de crédito, a pertença a algum grupo de poupança ou crédito e o acesso aos serviços bancários).

Os dados analisados, e que fundamentam este texto, foram retirados da base de dados do Inquérito Agrário Integrado 2020 (IAI 2020), gentilmente cedida pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER). Estas informações são apresentadas de forma agregada (pequenos e médios produtores) no relatório do IAI 2020, na secção 8, intitulada de Uso de Tecnologias de Produção, nos quadros 4 a 10, o que não permite uma análise detalhada das realidades e, com isso, limita a possibilidade de estabelecer políticas diferenciadas em relação a produtores com lógicas e sistemas produtivos diferentes, rendimentos produtivos e monetários distintos e várias formas de integração nos mercados, entre outros aspectos.

Para uma análise mais detalhada, subdividiu-se o grupo de “pequenas e médias explorações” em vários subgrupos (veja os quadros abaixo). Embora as explorações médias tenham como limite os 50 hectares de produção mais de pousio, em sequeiro, este trabalho amplia os médios agricultores até os 100 hectares, subdividindo em três subgrupos: dos mais de 10 a menos de 20 hectares, de mais de 20 a menos de 30 hectares e mais de 30 a 100 hectares. Justifica-se esta ampliação da categoria de “médios agricultores”, o facto de o número de amostra desta categoria de agricultores ser muito pequena, conforme se pode observar no quadro 1.

Analisaram-se as variáveis acima mencionadas por província, destacando os casos de maior dispersão em relação às respectivas médias. Os subgrupos foram delimitados somente em função da área da machamba, que corresponde à área cultivada, com culturas anuais e permanentes, e em pousio parcial. Não foram considerados outros

¹ Máriam Abbas é PhD Candidate em Estudos de Desenvolvimento e investigadora do OMR.
João Mosca é Director Executivo e investigador do OMR.

factores utilizados para a classificação dos produtores em “pequenos”, “médios” ou “grandes”, como a distinção entre a superfície de sequeiro e irrigada (até 10 hectares em sequeiro e 5 hectares em regadios para os pequenos, e acima de 10 até 50 hectares em sequeiro e entre 5 e 10 hectares para regadio em relação aos agricultores médios), até 10 cabeças de gado bovino e 100 para as pequenas e médias explorações, respectivamente, e outras variáveis (número de caprinos, aves e árvores de bens comercializáveis (coco, caju, frutas, etc.) - veja o IAI 2020, pág. 12.

Os assuntos tratados na secção 8 do relatório do IAI 2020 não se devem classificar como de tecnologias de produção. Quando se refere a tecnologias de produção, estas, são, principalmente, os equipamentos, a irrigação, as sementes melhoradas ou híbridas, a aplicação de produtos químicos (fertilizantes, pesticidas, herbicidas, etc.) ou orgânicos, sistemas de produção agrícolas, agro-florestais e pecuários. As variáveis apresentadas nesta secção deveriam ser classificadas como “serviços à produção” diferenciando-se das tecnologias utilizadas e serviços correspondentes.

O Destaque Rural Nº 122 *Uma análise preliminar dos resultados do inquérito agrário integrado (IAI) 2020* apresenta as principais observações à metodologia utilizada e lacunas existentes, tal como o relatório está apresentado.

2. ANÁLISE DOS SERVIÇOS AOS PRODUTORES

O quadro 1 revela que, dos pequenos e médios produtores inquiridos, 93% possuem entre 0,5 e menos de 5 hectares e que 70% trabalham menos de dois hectares. Somente 1,6% dos produtores inquiridos podem ser considerados de médios (as percentagens são arredondadas).

Analisando o tamanho das explorações por província, verifica-se: (1) na província de Maputo, predominam as explorações com menos de dois hectares (81,5% do total das explorações da província), seguindo-se a Província de Cabo Delgado (76%), Zambézia e Niassa com 75%, respectivamente; (2) as províncias com menor proporção de explorações com menos de dois hectares são: Manica (55%) e Sofala (59%); (3) Tete e Manica são as províncias com maiores percentagens de explorações médias, acima de 10 hectares, com 3,6% e 2,8%, respectivamente.

Quadro 1
Distribuição das explorações inquiridas
segundo área da machamba, por província (em %)

Província	Tamanho da exploração (hectares)								Total
	<0.5	0.5 - 1	1 - 2	2 - 5	5 - 10	10 - 20	20 - 30	30 - 100	
Cabo Delgado	0.3	48	28	22	2	0.3	0.0%	0.1	100
Gaza	0.6	41	27	24	6	0.9	0.0	0.2	100
Inhambane	1.2	43	28	22	5	1	0.3	0.1	100
Manica	0.1	24	31	33	8	2.4	0.3	0.1	100
Maputo Província	6.5	57	18	13	3	1.4	0.2	0.3	100
Nampula	0.4	43	30	22	3	0.6	0.1	0.0	100
Niassa	0.0	41	34	21	3	0.4	0.1	0.1	100
Sofala	0.4	28	31	33	5	1.8	0.2	0.2	100
Tete	0.1	31	30	27	8	2.8	0.7	0.1	100
Zambézia	0.2	45	31	20	3	0.9	0.2	0.0	100
NACIONAL	1.0	41	29	23	5	1.3	0.2	0.1	100

Embora não representado na tabela acima, as províncias com um maior número de exploração são: Zambézia (15%), Inhambane (14%); Nampula (13%), e Tete (12%).

O quadro 2 revela que 90% das explorações têm menos de 4,1 hectares e que a mediana (50% das explorações) possuem, em média, até 1,5 hectares. O último decil revela que 10% das explorações concentram entre 4,1 e 100,5 hectares.

Quadro 2
Área média das explorações, em hectares, acumulados, por decil

Decil 1	Decil 2	Decil 3	Decil 4	Decil 5	Decil 6	Decil 7	Decil 8	Decil 9	Decil 10
0.5	0.7	1.0	1,0	1,5	2.0	2.0	3.0	4.1	100.5

O quadro 3 revela que, à exceção do último escalão (explorações com áreas entre 30 e 100 hectares), a assistência técnica aos produtores através da rede de extensão rural aumenta com o tamanho das explorações. As províncias de Sofala e de Manica são aquelas que, em 2019/2020, tiveram uma maior cobertura de assistência técnica: 26% e 11% dos produtores, respectivamente, recebeu informação ou conselho de um agente de extensão rural. Contrariamente, os agricultores com menos assistência foram os nas províncias da Zambézia (4%), Nampula e Inhambane (5%), Cabo Delgado, Maputo província e Tete (6%). A nível nacional, a extensão abrangeu 7% dos produtores.

Quadro 3
 Percentagem de explorações que recebeu informação ou conselho de extensão,
 segundo área da machamba

Província	Tamanho da exploração (hectares)								Total
	<0.5	0.5 - 1	1 - 2	2 - 5	5 - 10	10 - 20	20 - 30	30 - 100	
Cabo Delgado	0	5	4	9	6	50		0	6
Gaza	0	5	10	11	14	5	0	25	9
Inhambane	3	3	5	8	13	17	13	50	5
Manica	0	5	9	13	19	24	60	0	11
Maputo Província	1	3	7	7	19	13	0	0	6
Nampula	0	3	4	8	11	19	75	0%	5
Niassa		6	7	11	16	25	100	100	8
Sofala	0	17	24	31	39	67	33	50	26
Tete	0	3	6	6	8	18	0	0	6
Zambézia	0	2	4	5	14	15	40	0	4
NACIONAL	1	4	7	11	15	22	22	17	7

À pergunta sobre a aplicação das recomendações técnicas dos extensionistas, mais de 85% dos agricultores, em quase todos os escalões, respondeu afirmativamente, à excepção dos agricultores com menos de 0,5 hectares, onde 67% responderam afirmativamente. Verifica-se uma maior adopção à medida que o tamanho das explorações aumenta: 85% dos agricultores que cultivam entre 0,5 e 1 hectare afirmaram aplicar 85% das sugestões técnicas, seguindo-se de ligeiras subidas, alcançando 93% entre 10 e 30, e 100% para os que trabalham entre 30 e 100 hectares. A nível nacional e para todos os escalões de produtores, 87% afirmaram aplicar as "orientações" técnicas. A província de Sofala destaca-se com 95% e Cabo Delgado com 79%.

As percentagens dos que disseram adoptar podem revelar: (1) aceitação/recepção para incorporação de novas técnicas produtivas, o que pode significar boa receptividade à inovação; (2) reconhecimento e confiança no trabalho dos extensionistas. Porém, dependendo da forma e de quem fez a pergunta, os inquiridos poderiam ver-se coagidos (voluntariamente ou não) a respostas "favoráveis", perante os inquiridores e a respectiva instituição.

O quadro 4 apresenta a recepção de informação ou o conhecimento dos agricultores acerca dos preços praticados nos mercados. Observa-se que os produtores que melhor conhecem os preços são os que cultivam entre 10 e 20 hectares, seguidos por aqueles que trabalham em superfícies entre 20 e 30 hectares. O conhecimento dos preços aumenta em relação directa com o tamanho das explorações até aos 30 hectares, diminuindo para aquelas que possuem entre 30 e 100 hectares, provavelmente por estes produtores possuírem, em princípio, mais relações com os mercados e maior mobilidade, ou devido a erros de amostragem (número e critério de selecção dos elementos da amostra desse escalão).

As províncias de Manica e Tete destacam-se com 65% e 51%, respectivamente, dos agricultores a terem recebido mais informações sobre preços. De forma algo surpreendente, os agricultores com menos conhecimento dos preços são os das províncias de Gaza (20%), Inhambane (21%) e Maputo (29%). Estas três províncias são das que possuem, em média, maiores percentagens de explorações de menores dimensões e menor cobertura da extensão rural. A nível nacional, 39% dos agricultores afirma terem informação sobre os preços.

Quadro 4
 Percentagem de explorações que recebeu informação de preços agrícolas,
 segundo área da machamba

Província	Tamanho da exploração (hectares)								Total
	<0.5	0.5 - 1	1 - 2	2 - 5	5 - 10	10 - 20	20 - 30	30 - 100	
Cabo Delgado	50	42	50	51	41	50		0	47
Gaza	20	19	16	20	21	20	0	0	20
Inhambane	16	20	19	21	20	13	38	0	21
Manica	100	61	58	69	64	76	80	100	65
Maputo Província	30	24	28	25	31	27	25	17	29
Nampula	17	42	48	51	56	44	75	0	48
Niassa		45	50	51	57	88	100	100	49
Sofala	40	31	41	48	44	67	33	0	42
Tete	50	48	52	49	55	70	61	25	51
Zambézia	17	34	39	42	45	33	60	100	39
NACIONAL	27	34	39	42	43	51	55	22	39

O quadro 5 revela um baixo nível de associativismo: apenas 4% dos pequenos e médios agricultores a nível nacional, dizem pertencer a uma organização associativa; Gaza e Manica (8%) e Maputo Província (7%), são as províncias com maior percentagem de agricultores integrados em formas associativas; com menores percentagens, encontram-se as províncias de Cabo Delgado, Inhambane, Nampula e Tete com 2% e Zambézia com 3%. Observa-se também que o nível de participação em associações aumenta, regra geral, com o tamanho das explorações.

Quadro 5

Percentagem de explorações que pertencem a alguma organização/associação, segundo área da machamba

Província	Tamanho da exploração (hectares)								Total
	<0.5	0.5 - 1	1 - 2	2 - 5	5 - 10	10 - 20	20 - 30	30 - 100	
Cabo Delgado	0	2	2	1	6	0		0	2
Gaza	0	5	8	11	14	15	0	0	8
Inhambane	0	1	2	4	7	10	0	0	2
Manica	0	5	5	10	20	15	40	0	8
Maputo Província	1	5	9	13	13	27	25	17	7
Nampula	8	1	1	5	5	6	25	0	2
Niassa		2	3	4	7	25	0	0	3
Sofala	0	3	6	6	16	17	67	0	6
Tete	0	2	1	2	4	7	6	0	2
Zambézia	17	2	2	3	5	11	20		3
NACIONAL	1	2	4	6	10	13	16	4%	4

Os quadros 6, 7 e 8 abaixo, referentes ao acesso ao crédito e a instituições de crédito, pertença a grupos de poupança e posse de uma conta bancária, revelam: (1) a nível geral, existem muito baixas relações dos pequenos e médios produtores com estes serviços (cerca de 1% obtém crédito; 8% pertence a um grupo de poupança e 19% dos agricultores têm pelo menos um membro da família que possui uma conta bancária, verificando-se, porém, alguma massificação do acesso ao sistema financeiro através de redes móveis; (2) em nenhuma província mais de 1% dos agricultores obtém crédito bancário (quadro 5); (3) o número de agricultores com empréstimos bancários aumenta com o tamanho das explorações, abrangendo cerca de 4% dos agricultores com mais de 10 hectares de terra (quadro 6); (4) as províncias com maior percentagem de agricultores que afirmam pertencer a uma associação de poupança ou crédito (quadro 7), são: Gaza (20%), Manica (14%), Sofala (12%), Maputo Província (11%) e Nampula (10%). As províncias com menor proporção de agricultores integrados neste tipo de associações são Tete (2%), Zambézia, Niassa e Cabo Delgado (4% cada); (5) não existe uma relação directa entre a pertença a um grupo de poupança e o tamanho das explorações; (6) a nível nacional, e em todos os subgrupos, existe pelo menos um membro das famílias inquiridas que possui uma conta bancária (quadro 8), verificando-se que as percentagens aumentam com o tamanho das explorações e, de forma algo surpreendente, são os produtores mais pequenos (com menos de 0,5 hectares) os que possuem uma maior percentagem de famílias com pelo menos um membro com uma conta bancária; (7) existe uma ampla utilização das formas digitais de realizar operações financeiras, através do Mpesa, Emola, Mkhesh e Conta Móvel: a nível nacional, pelo menos 35% dos agregados familiares de agricultores utilizam o MPesa (a mais generalizada), sendo aqueles que possuem menores áreas os que mais utilizam (77%); seguindo-se, a partir dos agricultores com mais de 0.5 hectares, uma utilização crescente.

Quadro 6
 Percentagem de explorações que receberam empréstimo/crédito
 para fim agro-pecuário, segundo área da machamba

Província	Tamanho da exploração (hectares)								Total
	<0.5	0.5 – 1	1 – 2	2 – 5	5 – 10	10 – 20	20 – 30	30 – 100	
Cabo Delgado	0	0	0	1	0	0		100	1
Gaza	0	0	0	0	3	0	0	0	1
Inhambane	0	0	0	0	1	3	0	0	0
Manica	0	0	1	1	5	5	0	0	1
Maputo Província	0	0	1	0	3	3	0	0	1
Nampula	0	0	1	1	3	13	25	0	1
Niassa		1	2	1	2	38	0	0	1
Sofala	0	0	1	1	0	0	0	0	1
Tete	0	0	0	1	1	3	6	0	1
Zambézia	0	0	1	2	0	0	0	0	1
NACIONAL	0	0	1	1	2	4	4	4	1

Quadro 7
 Percentagem de AFs que pertencem a algum grupo de poupança ou crédito,
 segundo área da machamba

Província	Tamanho da exploração (hectares)								Total
	<0.5	0.5 - 1	1 - 2	2 - 5	5 - 10	10 - 20	20 - 30	30 - 100	
Cabo Delgado	0	3	3	6	0	0		0	4
Gaza	13	15	19	24	26	15	0	25	20
Inhambane	16	3	5	6	9	13	13	0	5
Manica	0	9	11	17	24	2	20	0	14
Maputo Província	9	9	10	14	1	17	50	0	11
Nampula	0	7	10	13	15	19	25	0	10
Niassa		3	5	4	4	13	0	0	4
Sofala	60	11	12	10	16	17	33	0	12
Tete	25	1	2	2	4	0	0	0	2
Zambézia	17	3	4	5	7	7	20	0	4
NACIONAL	12	6	8	10	13	8	14	4	8

Quadro 8
 Percentagem de AFs com pelo menos um membro com conta bancária,
 segundo área da machamba

Província	Tamanho da exploração (hectares)								Total
	<0.5	0.5 - 1	1 - 2	2 - 5	5 - 10	10 - 20	20 - 30	30 - 100	
Cabo Delgado	0	9	12	18	41	100		0	14
Gaza	47	18	17	23	31	40	100	50	23
Inhambane	51	23	20	21	29	43	38	50	25
Manica	0	18	16	20	29	41	40	100	21
Maputo Província	51	43	42	44	49	57	0	67	56
Nampula	0	4	4	6	13	38	25	0	6
Niassa		9	11	13	21	63	100	100	12
Sofala	60	18	12	19	34	42	33	50	19
Tete	25	9	8	13	14	24	28	0	12
Zambézia	17	4	4	9	10	33	60	100	6
NACIONAL	46	16	13	17	24	38	35	48	19

3. RESUMO/CONCLUSÕES

Deste texto, centrado nos serviços prestados aos agricultores, pode-se constatar ser importante agrupar os produtores por um maior número de classes conforme o tamanho das explorações, na medida em que permite detectar diferenças importantes na análise das variáveis estudadas. Estas diferenças poderão revelar a necessidade de concentração de maiores esforços das instituições públicas e privadas em determinadas províncias ou grupos de agricultores, como, por exemplo, na cobertura da rede de extensão rural, nas relações com o mercado (conhecimento dos preços) e no nível e bancarização dos produtores e respectivas famílias.

Regra geral, quanto maior for a exploração, mais visitas de extensionistas recebe, assim como mais efectiva é a aplicação das recomendações técnicas; mais se integram em diferentes formas de organização associativas; maior bancarização e acesso aos serviços financeiros. Algumas excepções requerem uma análise mais aprofundada para conhecimento das razões dos seguintes aspectos: (1) são os agregados familiares com as explorações mais pequenas (menos de 0,5 hectares), aqueles que têm maior acesso ao sistema financeiro, excepto ao crédito bancário; (2) as famílias com explorações de mais de 30 hectares, pouco participam em grupos de poupança, no associativismo e menor conhecimento têm dos preços. O maior acesso ao sistema financeiro pelos agregados familiares que têm pequenas explorações (menos de 0,5 hectares) pode ser explicado, como hipótese a confirmar, pela possibilidade destas famílias possuírem de forma mais generalizada, fontes de rendimento de outras actividades, sendo a agricultura somente uma actividade complementar.

Finalmente, em resumo, os serviços de extensão, o conhecimento dos preços de mercado e o acesso aos serviços financeiros e ao crédito são muito escassos em todo o território nacional. O tamanho das explorações está, regra geral, directamente associado a

incrementos no acesso a esses serviços, o que é agravado pelo baixo nível de associativismo.

Inversamente, a análise efectuada revela que os benefícios dos serviços aos produtores aumentam conforme o tamanho das explorações, sendo que, os mais pequenos dos pequenos (certamente os mais pobres dos pobres) são os menos beneficiados pelos serviços ao produtor, tanto públicos, como privados.

Considerando a importância destes serviços sobre a produtividade da agricultura e, conseqüentemente, no rendimento das famílias, torna-se necessário reforçar a extensão e transmissão das mensagens técnicas adequadas e resultante de pesquisas para facilitar a inovação que, por sua vez, necessita de recursos financeiros para aquisição de factores que elevem a produtividade do trabalho e o rendimento por superfície trabalhada e, finalmente, um melhor conhecimento dos preços para venda da produção em mercados e momentos mais vantajosos para os agricultores o que será facilitado pela participação em associações de produtores.

Numa perspectiva produtivista e maximizadora dos resultados produtivos, dos investimentos a realizar e das rendas familiares, seria importante conhecer quais dos segmentos de agricultores, segundo o tamanho das suas explorações, responde com maior eficiência (produção ou renda das famílias/total de custos de investimento e de exploração). Existem experiências e estudos que revelam que são os agricultores, regra geral com entre 10 e 20 hectares aqueles que maiores respostas dão à inovação e aos serviços aos produtores e à produção.

A opção produtivista pode provocar externalidades e efeitos sociais, ambientais e de território indesejáveis, o que exige atenção em várias dimensões do desenvolvimento. Seria importante conhecer qual a superfície mínima que, segundo uma determinada estrutura produtiva e os preços médios, possibilitasse às famílias um rendimento que lhes permitisse sair da pobreza.

Segundo a distribuição das áreas das explorações por decil (quadro 2), seriam necessárias profundas reformas fundiárias, transformações nas estruturas agrária e do conjunto da economia.

Existem dados que se distanciam do que se pode considerar como de valores padrões, tanto por tamanho das explorações, como por província, cujas razões devem ser analisadas pela equipe técnica que realizou o inquérito.

E-mail: office@omrmz.org

Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.

Maputo – Moçambique

www.omrmz.org